



REGIMENTO DO DEPARTAMENTO CURRICULAR DO 1º CICLO

2025-2026





CAPÍTULO I – Definição

Artigo 1º

(Definição)

1. O Departamento Curricular do 1º Ciclo é a estrutura que assegura a articulação e gestão curricular na aplicação do currículo nacional e dos programas e orientações curriculares e programáticas definidas a nível nacional, bem como o desenvolvimento de componentes curriculares por iniciativa do AEB.

CAPÍTULO II – Natureza e âmbito

Artigo 2º

(natureza e âmbito)

1. O presente regimento tem por base o artigo 43.º do Decreto-lei n.º 137/2012 de 2 de julho e o Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas de Briteiros (AEB), tendo como objetivo regular o funcionamento do Departamento Curricular do 1º Ciclo (DC1C) no âmbito da Administração e Gestão do Agrupamento.
2. O Departamento Curricular do 1º ciclo é um órgão que faz parte das Estruturas de Orientação Educativa do Agrupamento, constituído por todos os professores do 1º





Ciclo, atuando em colaboração com o Conselho Pedagógico, com a Diretora e os demais órgãos de administração e gestão do Agrupamento no sentido de assegurar o acompanhamento eficaz do percurso escolar dos alunos na perspetiva da promoção da qualidade educativa.

Artigo 3º

(Composição)

1. O Departamento é composto por todos os docentes do 1º Ciclo e, sempre que convidados, outros docentes e técnicos.
2. Poderão estar presentes, convidados ou interessados desde que, para tal, solicitem autorização, previamente, ao coordenador.

CAPÍTULO III – Competências específicas

Artigo 4º

(Competências específicas do Departamento Curricular)

1. São competências do departamento do 1º ciclo as definidas no Regulamento Interno e especificamente, as seguintes:
 - a) Eleger o respetivo coordenador de departamento, de entre uma lista de três docentes, propostos pelo Diretor para o exercício do cargo, observando o disposto no artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho;
 - b) Elaborar o Regimento Interno do Departamento Curricular;
 - c) Promover a adequação das Aprendizagens Essenciais (AE), do Perfil dos Alunos à Saída Da Escolaridade Obrigatória (PASEO), da Estratégia de Educação para a Cidadania (EEC), entre outros à situação concreta das escolas do Agrupamento;
 - d) Propor ao Conselho Pedagógico Informações-Prova das provas de equivalência à frequência e elaborar as respetivas provas;



- e) Analisar e refletir sobre os resultados da avaliação interna de final de período e de ano letivo, bem como da avaliação externa;
- f) Apresentar propostas de melhoria tendo por base os resultados da avaliação sumativa trimestral e da avaliação externa;
- g) Cooperar na elaboração, desenvolvimento e avaliação dos instrumentos de autonomia da escola, nomeadamente com a Equipa de Autoavaliação ou outras que o Conselho Pedagógico venha a definir;
- h) Colaborar com entidades parceiras na conceção e organização de atividades/projetos no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e da Componente de Apoio à Família (CAF);
- i) Colaborar na organização e supervisão das CAF e das AEC;
- j) Selecionar e propor os manuais escolares, por ano de escolaridade, a adotar uniformemente nas escolas do Agrupamento;
- k) Executar o Plano de Atividades do Departamento apresentando no âmbito do PAA Inovar e proceder à avaliação das atividades propostas por essa via;
- l) Promover a troca de experiências e cooperação entre todos os docentes que integram o departamento curricular;
- m) Promover momentos de articulação formal com a Educação Pré-Escolar e com os restantes Ciclos;
- n) Coordenar a planificação integrada das componentes do currículo;
- o) Promover a coerência das práticas avaliativas e dos instrumentos de registo.

CAPÍTULO IV – Funcionamento

Artigo 5º

(Convocatórias para as reuniões)

1. As reuniões devem ser convocadas, salvo caso de excecional urgência, com 48h de antecedência.



2. A convocatória é produzida na plataforma INOVAR e enviada a todos os membros por correio eletrónico.
3. Na convocatória deve constar sempre o dia, a hora e o local da reunião, bem como a respetiva ordem de trabalhos.
4. A ordem de trabalhos é estabelecida pelo coordenador que, pode incluir assuntos indicados pelos membros do departamento, desde que dentro das suas competências e até ao início da reunião.
5. Quaisquer alterações ao dia, hora e local devem ser comunicadas a todos os membros de forma a garantir o seu conhecimento seguro e oportuno.

Artigo 6º

(Modalidade e Duração das reuniões)

1. O DC reúne ordinariamente, de forma presencial ou em plataforma digital, por convocatória do Coordenador de Departamento.
2. O DC reúne extraordinariamente por decisão da Diretora ou do coordenador, ou a pedido, devidamente fundamentado, de dois terços dos docentes.
3. Destas reuniões serão lavradas atas informatizadas.
4. As reuniões convocadas nos termos da alínea c), nº 3 do artigo 82º do ECD, bem como as reuniões de natureza pedagógica que decorram de necessidades ocasionais e que não possam ser realizadas nesses termos, têm uma duração de dois tempos.
5. As faltas dadas a cada reunião correspondem a dois tempos letivos.
6. Em caso de não conclusão da ordem de trabalhos, será convocada reunião extraordinária.

Artigo 7º

(Presidência)

1. As reuniões são presididas pelo Coordenador de Departamento.





2. Na ausência do Coordenador é substituído por um docente designado para o efeito, pela Direção do Agrupamento.

Artigo 8º

(Atas)

1. De cada reunião do Departamento é lavrada ata, a qual deve registar de forma clara e objetiva os assuntos apreciados.
2. As atas seguem numeração sequencial ao longo do ano letivo.
3. As atas das reuniões do Departamento são elaboradas diretamente na plataforma INOVAR.
4. As atas são lavradas pelo Secretário, escolhido entre todos os docentes, por ordem alfabética.
5. Após aprovação, todas as atas devem ser convertidas em formato PDF e assinadas digitalmente pelo Presidente e pelo Secretário.
6. A ata assinada deve ser:
 - a) Anexada no INOVAR;
 - b) Arquivada no Arquivo Digital do AEB, em pasta própria do Conselho de Docentes e do ano letivo.

Artigo 9º

(Quórum e Deliberações)

1. As reuniões decorrem validamente com a presença de pelo menos dois terços dos seus membros.
2. As deliberações são tomadas por maioria dos presentes.
3. Não há lugar a abstenções quando existe votação.
4. Técnicos dos serviços especializados e docentes da educação especial não têm direito a voto.





Artigo 10º

(Sigilo)

Todos os membros do Departamento ficam obrigados ao dever de sigilo de todas as matérias tratadas nas reuniões.

Capítulo V - Disposições Finais

Artigo 11º

(Entrada em vigor e Legislação Subsidiária)

1. O Regimento entra em vigor logo após a sua aprovação.
2. Nos casos omissos no presente Regimento, aplica-se o Código de Procedimento Administrativo, o Regulamento Interno e demais legislação em vigor.

Artigo 12º

(Aprovação)

1. Aprovado na reunião de departamento em 5 de setembro de 2025.

O Coordenador do Departamento Curricular do 1º Ciclo,

(Rui Jorge Rodrigues Ferreira)

